



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
"Prédio Antônio Francisco Ortega Batel"  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, E PARECER DE  
FINAÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE,  
Nº. 130, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025**

**ASSUNTO:** Projeto de Lei Ordinária nº 26, de 15 de outubro de 2025, o qual Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Andradina/MS, para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

**RELATORES:** Márcia Lobo – PODEMOS  
Willians da Silva Moraes - REPUBLICANOS

**HISTÓRICO:** A presente proposta Orçamentária, contempla as necessidades básicas reivindicadas pela população, através dos setores representativos da comunidade como um todo.

Portanto, o plano e a peça orçamentária ora submetida à apreciação desse Sodalício, reflete a vontade da população de nossa cidade, complementada pelos diversos programas que compõem os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Fundos Especiais.

**CONCLUSÃO:** Após análise do teor, do mérito do Projeto e observação dos princípios constitucionais e de acordo com o parecer jurídico desta casa de Leis, as Comissões apresentam as seguintes emendas:

**DUODÉCIMO DA CÂMARA DE VEREADORES**

***Necessidade de previsão do percentual***

O PL não contém dispositivo estabelecendo o percentual do duodécimo da Câmara de Vereadores.

**RECOMENDAMOS**, portanto, a seguinte **EMENDA ADITIVA**:

*Art. 17. Para o exercício de 2026, em observância ao art. 29-A da Constituição Federal, fica fixado que o montante anual destinado à Câmara Municipal **corresponderá a 7% (sete por cento)** previsto na Constituição Federal, sendo seus recursos repassados em duodécimos mensais, até o dia 20 (vinte) de cada mês, devendo o Poder Executivo promover, se necessário, a suplementação das dotações consignadas à Câmara Municipal, de forma a assegurar o cumprimento desse limite."*

**EMENDAS IMPOSITIVAS**

***Possibilidade de substituição em caso de impedimento***

Por outro lado, é necessário que a LOA contenha disposição prevendo que o Poder Executivo é obrigado a notificar o autor da emenda parlamentar impositiva em caso de impedimento de ordem técnica ou qualquer outro, para substituição.



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
**“Antônio Francisco Ortega Batel”**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Parecer 60/2024.

**RECOMENDO**, portanto, a realização de **EMENDA ADITIVA**, nos termos seguintes:

*Art. 18. As emendas impositivas serão publicadas em anexo a esta Lei, com registro do nome do parlamentar, a destinação dada ao recurso e o seu valor, e poderão ser inseridas nas dotações orçamentárias ao longo do exercício, através de crédito especial, conforme estabelecido na Lei 4.320/64 e de acordo com suas especificidades, ficando o Poder Executivo obrigado a notificar o autor da emenda parlamentar impositiva a alterar a sua destinação, no prazo de 10(dez) dias, em caso de impedimento de ordem técnica ou qualquer outro que a obstaculize por ocasião de sua execução.*

Adotando-se as emendas propostas, os dispositivos subsequentes serão automaticamente renumerados, procedendo-se aos demais ajustes formais necessários.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2025.

**JOSENILDO CEARÁ - PT**  
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

**MARCIA BATISTA LOBO GRIGOLO -PODEMOS**  
Relator da Comissão de Justiça e Redação

**GABRIELA CARNEIRO DELGADO - MDB**  
Membro da Comissão de Justiça e Redação

**LUCIANO LEAL DE SOUSA - PODEMOS**  
Presidente da Com. De Finanças, Orçamento e Contabilidade

**WILLIAN DA SILVA MORAES - REPUBLICANOS**  
Relator da Com. Finanças, Orçamento e Contabilidade

**JOSÉ BENEDITO DE O. MACHADO – UNIÃO BRASIL**  
Membro da Com. Finanças, Orçamento e Contabilidade